



CLOROQUINA: UM PROGRAMA DE ESTADO

Chloroquine: a state program

Wagner Guilherme Alves da Silva
Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional,
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN).
Email: wagnerguilherme.alves@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 382-389, jan./jun. 2020

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O presente texto tem por objetivo pensar o lugar das substâncias e de remédios nos processos de elaboração de Estado, tendo por ponto de partida o debate contemporâneo acerca da proposição da cloroquina enquanto possibilidade de enfrentamento da pandemia de Sars-Cov-2. Pergunto-me, aqui, sobre o lugar do cotidiano e da vida ordinária em processos e acontecimentos extraordinários, bem como nos modos pelos quais o cotidiano se tornou uma arena de disputa. Assim, proponho que pensemos o efeito-cloroquina não apenas em seus termos biomédicos, mas nos regimes de verdade em que se insere e disputa, as dimensões morais, econômicas e jurídicas que põe em movimento. Assim, termino defendendo que cloroquina faz Estado.

PALAVRAS-CHAVE:

Cloroquina. Estado. Modos de gestão. Saúde Pública.

ABSTRACT:

This article aims to think about the place of substances and remedies in the processes of elaboration of State and medications in the processes of elaboration of the State, having as a starting point the debate about the chloroquine proposal as a possibility to face the Sars-Cov-2 pandemic in Brazil. Ask me, here, about the place of everyday life and common life in extraordinary processes and events, as well as the ways in which everyday life has become an arena of dispute. Thus, I propose that we think or clone the effect not only in its biomedical terms, but in the real regimes in which they exist and disputes, such as the moral, economic and legal dimensions that are part of the movement. Thus, finishing to understand that Chloroquine does State.

KEYWORDS:

Chloroquine. State. Management modes. Public Health.



INTRODUÇÃO

Da busca por uma vacina eficaz à celebração da descoberta de um “super doador”¹, o debate em torno da cura do novo coronavírus ganha tonalidades diversas e revela camadas políticas, econômicas, industriais e de interesses de manutenção de soberanias nacionais. A disputa em torno da patente das vacinas que concorrem ao posto de “salvação imediata”, anunciadas para os meses de setembro, e, as mais otimistas, ainda em agosto, demonstram não apenas uma compreensão reduzida da problemática do que seja uma pandemia – que se aprisiona em respostas que privilegiam o indivíduo, desconsiderando sua relacionalidade crucial - mas múltiplos processos de formação de Estado e de estabelecimento de programas de ação e plataformas de discursos calcados em uma grande promessa: a da efetivação da normalização da vida e o reestabelecimento da cotidianidade antes experimentada.

Pergunto-me, aqui, os modos como os vários discursos sobre a cura, privilegiando o caso brasileiro da promessa-cloroquina, podem nos ajudar a pensar sobre Estado, verdade e poder, bem como o lugar do valor do trabalho como traço definidor de cidadãos de bens. Argumento, então, que a proposição do protocolo de administração da cloroquina não implica em uma falta de política clara em saúde ou desrespeito, apenas, às orientações de distintas ordens de associações. Trata-se da admoestação de uma concepção em que vida, trabalho e economia se produzem mutuamente na produção de uma normalidade possível, altamente danosa ao tecido social, com o poder de acentuar desigualdades já existentes.

Pautado na proposição de administração de Cloroquina e Hidroxicloroquina para casos leves de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, pelo Ministério da Saúde; no conjunto de manifestações, como carreatas e passeatas ao longo de muitos estados brasileiros; em doações feitas por empresários de comprimidos de cloroquina para prefeituras locais e no recente anúncio de governadores sobre a reabertura econômica e gradual de estados e municípios, tento demonstrar a vida política desta substância, na máxima a ser defendida aqui: cloroquina faz Estado.

¹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/05/27/coronavirus-super-doador-tem-40-vezes-mais-anticorpos-do-que-o-normal.htm>>, acesso em: 28 Maio 2020.



DISPUTAS PELO COTIDIANO: NORMALIDADES, VAZIOS E NÚMEROS

A ideia amplamente difundida desde os momentos iniciais do Sars-Cov-2 no Brasil é a de que a medicação brasileira vulgarmente conhecida por Cloroquina, o Difosfato de Cloroquina, utilizada para o tratamento de doenças como malária e lúpus, seria eficaz no combate ao novo vírus. Apesar de nenhuma evidência concreta, desde o início da pandemia que fez da América Latina seu novo epicentro, esta medicação foi impingida de discursos de setores da administração pública, inclusive do Presidente da República, como solução, cura, ou mitigação em casos de Covid-19.

De início, os discursos em torno da medicação davam conta de que, em casos graves, a substância poderia reverter situações-limite, devolvendo a vida a indivíduos que caminhassem pelo estreito do vale da morte. Recoberta de esperança, certo tom salvacionista construía esta substância enquanto saída possível, viável e única. Ainda, tratava-se de um produto produzido pelos laboratórios do Exército brasileiro, o que a contornava, naquele momento, de certo tom de esmagadora soberania nacional.

Tal veiculação implicou na compra massiva desta medicação em farmácias de todo país, uma vez que sua venda não esteve submetida à apresentação de receita médica no início da pandemia. Decorrente de tal fato viu-se o desabastecimento de usuários desta medicação, que não a encontravam nas farmácias em que usualmente compravam. Estes, por sua vez, recorreram a mídias televisivas para a sensibilização dos compradores para uma possível devolução destes produtos.

Desde então, uma série de desenvolvimentos discursivos tem produzido a cloroquina enquanto possibilidade real de saída da crise epidemiológica, desestabilizando ministros da saúde que se recusaram a adotar um claro protocolo pró administração desta medicação e se posicionarem publicamente a favor da substância. Neste sentido, a cloroquina adquiriu o poder de engendrar crises políticas, mobilizando economia (tendo em vista o crescente aumento de preços de seus componentes), política e administração de questões relativas ao enfrentamento da pandemia. Estas constantes disputas se dão concomitantes a um conjunto de estudos clínicos que apontam a ineficácia da cloroquina no combate à covid-19 e a



recomendações da Organização Mundial da Saúde do não uso desta substância².

A possibilidade de retomada da “vida cotidiana” e de reestabelecimento da “normalidade da vida” encontra na cloroquina um vetor potente de expressão. Tanto é verdade que se veiculou um conjunto de notícias falsas associando a ingestão de água tônica, especificamente por conta de um de seus compostos, o quinino – encontrado supostamente na cloroquina e supostamente utilizado na gripe espanhola³, a possibilidade de imunização ao novo vírus que circula entre nós. A reabilitação do cotidiano enquanto lócus da “vida normal” encontra expressão nos mais variados discursos negacionistas que têm, contemporaneamente, se sustentado na suposta eficácia do composto cloroquina enquanto possibilidade real de retomada.

O efeito cloroquina é o de restituir a ideia de “vida normal”, e de cotidiano ordinário, ou seja, tentar produzir sobre o caos epidemiológico no qual o país está submerso, a ideia de que a retomada da vida nos termos anteriores é possível⁴. A este respeito, mobilizam-se números dotados de alto poder simbólico, os que dão conta do desemprego e do número⁵ de trabalhadores demitidos, associando a ideia de um possível caos civil à quarentena⁶.

Nesse sentido, a ideia de produtividade da vida normal ganha contornos claros. Retomar a economia, ou seja, reabrir a atividade econômica dos municípios, funciona como vetor moral, ou seja, coaduna a figura do cidadão de bem, somando-a à imagem do trabalhador que busca condições “normais” de trabalho, mas não as encontra porque um conjunto de perspectivas e ações de Estado as impede. Aqui, este mobilizador moral é fundamental na compreensão das carreatas e demais manifestações que assistimos ao redor do país, nas quais “cidadãos de bem” lutam apenas e somente por “permissão para trabalhar”.

² Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/25/oms-suspende-teste-de-cloroquina.htm>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

³ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/04/15/coronavirus-agua-tonica-nao-cura-covid-19-video-e-falso.htm>> Acesso em 15 Abril 2020.

⁴ Isso fica claro nas inúmeras notícias de doações de empresários a prefeituras de dezenas de compridos de cloroquina.

⁵ Sobre números, estatísticas e elaborações de Estado, ver Foucault (1979).

⁶ Interessante seria observar as gradações e valorações das distintas ordens numéricas que ganham destaque nos noticiários e as relações hierárquicas que estas produzem: mortos x contaminados; desempregados x mortos.



Associam-se a este mobilizador outros vetores comuns, como o valor do trabalho, a dignidade, a autonomia e a independência em relação ao Estado – a criminalização em grupos de WhatsApp de usuários do cadastro emergencial e notícias relacionadas ao mau uso deste dinheiro responde, certamente, a este imperativo. A este respeito, a antropologia das moralidades já vem dizendo há algum tempo: política e moralidades se produzem mutuamente (VIANNA, 2002; NELVO, 2020; FERNANDES, 2019).

Esta argumentação ganha ilustração na imagem que acompanha a reportagem da revista Fórum do dia 26 de maio deste corrente ano. A notícia dá conta de uma manifestação em frente à Câmara dos Deputados de São Paulo, contra as medidas restritivas e em favor da cloroquina. Na reportagem, a imagem de um manifestante segurando uma faixa escrita: Dória Genocida, libera a cloroquina para o povo viver⁷. Diretamente, a frase estampada neste cartaz liga a cloroquina à possibilidade de sobrevivência ao vírus, e se tomada em seu contexto de produção e uso, liga ainda a substância à possibilidade real de retomada das forças produtivas. Um conjunto grande de outros faixas estampava, ainda, a seguinte afirmação: “Queremos trabalhar”.

Assim, o conjunto de fatos aqui retomados sugere a possibilidade de pensarmos a luta pelo estabelecimento de um novo normal, ou seja, uma disputa em torno do cotidiano: seus usos e compreensões. Não se trata apenas de respostas a um problema global de saúde pública, mas de distintas lógicas que fazem o Estado, podendo chamá-las, como sugeriu Souza Lima (2002), de Estado em ação. Olhar para o complexo emaranhado de relações e camadas que se estabeleceram ao redor e no entorno desta substância, implica olhar os diversos regimes de historicidade (HARTOG, 2015) que produzem múltiplas crises em concomitância: política, de saúde, econômica, mas também moral.

⁷ Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/bolsonaristas-fecham-rua-da-camara-municipal-de-sp-em-ato-contra-a-quarentena-libera-a-cloroquina/>>



CLOROQUINA: UMA FÓRMULA QUE CONDENSA

Assim sendo, é possível pensar em uma condensação e inúmeros fatores ao redor de uma única substância que, ao ser politizada, passa a mobilizar muitos vetores que produzem o Estado do ponto de vista de suas lógicas de sustentação (BOURDIEU, 2014). Deste ponto de vista, o processo de produção política da cloroquina a produziu enquanto um “bem” de Estado (VIANNA, 2002), oferecido em situações de criticidade: de saúde, econômica e social.

Enquanto um “bem”, seus usos estão sendo disputados entre “bons” e “maus” cidadãos, e o que esta disputa revela é o processo mesmo de disputa e definição da categoria cidadão. Tomar a cloroquina enquanto um “artefato etnográfico” me possibilita acessar, a partir dela, os modos como ordenamentos políticos, econômicos, discursos de diferentes ordens e cotidianos administrativos se processam em conjunto (VIANNA, 2002; FREIRE, 2016).

Vianna (2014), ao pensar sobre o estatuto dos documentos na análise antropológica, sugeriu o tratamento de documentos enquanto “peças etnográficas, o que implicaria tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte [...]” (p. 47). Seguindo a inspiração da autora, tentei observar aqui os distintos modos discursivos e de práticas político-sociais que produzem a cloroquina enquanto uma espécie de “centro exemplar”: “Nunca plenamente atingido, mas também nunca totalmente desacreditado do Estado ou da lei como deveriam ser” (FERNANDES, 2019).

Termino sinalizando a importância de tomarmos as coisas enquanto óbvias ou banais. Sugiro que nos esforcemos para buscar os sentidos das ações empreendidas para que, enfim, possamos entender as múltiplas camadas de forças que, em disputa ferrenha, produzem nosso conturbado cotidiano.



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... et al.]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: as instituições de Estado e as Políticas de acusação. **Mana** 25(2): 365-390. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes Letras, 2014

FREIRE, Lucas. Sujeitos de Papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação de acesso a direitos. **Cadernos Pagu** (48), 212-245, 2016.

HARTOG, Françoise. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NELVO, Romário. **Cotidianos, família e o trabalho do tempo**: dobras políticas no ativismo da maconha medicinal no Rio de Janeiro. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2020.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VIANNA, Adriana. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NuAP/ UFRJ. p. 271-312, 2002.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio R. R.; LIMA, Antonio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Faperj, 43-70, 2014.

Recebido em: 30/05/2020.

Aceito para publicação em: 20/07/2020.

